



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191106001769
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 2fe3-eb76-7342-5d57

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



TUA

TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.

O TUA compreende todas as decisões de licenciamento aplicáveis ao pedido efetuado, devendo ser integrado no respetivo título de licenciamento da atividade económica.

DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20191106000393
REQUERENTE	Blue Future II - Energias Renováveis, Lda
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	507343085
ESTABELECIMENTO	Parque Eólico de Cabeço Gordo
LOCALIZAÇÃO	Cabeço Gordo
CAE	- 35113 - Produção de eletricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n. e.

CONTEÚDOS TUA



ENQUADRAMENTO



LOCALIZAÇÃO



PRÉVIAS DESENVOLVIMENTO PE



PRÉVIAS CONSTRUÇÃO



CONSTRUÇÃO



EXPLORAÇÃO



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO



ANEXOS TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191106001769
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 2fe3-eb76-7342-5d57

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



ENQUADRAMENTO

SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Aplicáveis	Solicitados	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Validade	Prorrogação da validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora
AIA	PL20181121003444	X	X	Anexo II, n.º 3 alínea i)-Artigo 1.º, n.º 3 alínea b), subalínea ii) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual	06-11-2019	05-11-2023	-	Sim	Favorável condicionado	Agência Portuguesa do Ambiente



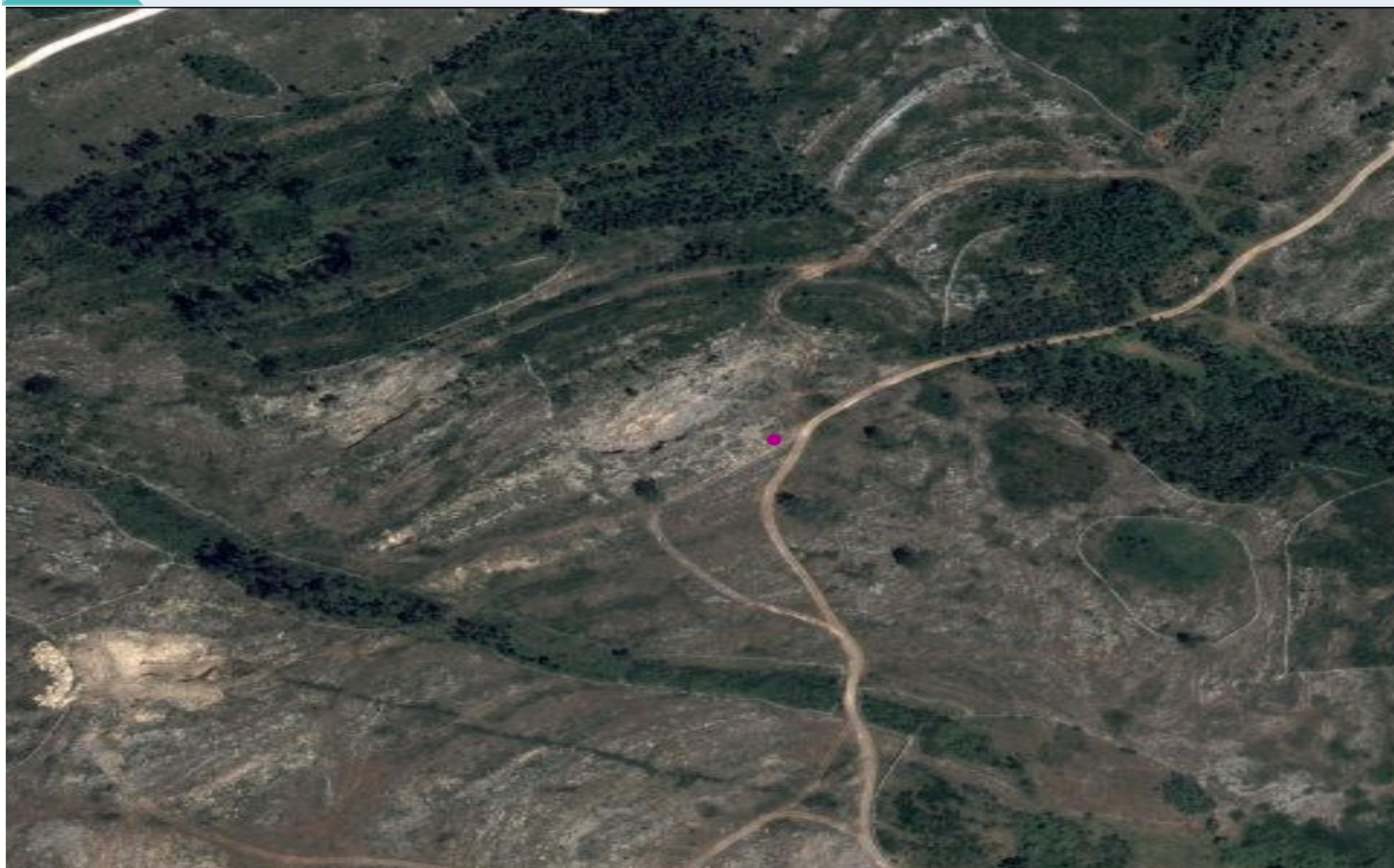
LOCALIZAÇÃO

Mapa



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191106001769
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 2fe3-eb76-7342-5d57

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



Confrontações

Norte	-
Sul	-
Este	-
Oeste	-

Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m2)

Área coberta (m2)

Área total (m2)



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191106001769
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 2fe3-eb76-7342-5d57

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Localização

Localização

Concelho de Porto de Mós (União de freguesias de Arrimal e Concelho de Alcobaça (freguesia de Évora de Alcobaça)



PRÉVIAS DESENVOLVIMENTO PE

Medidas /Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



PRÉVIAS CONSTRUÇÃO

Medidas /Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



CONSTRUÇÃO

Medidas / Condições gerais a cumprir



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191106001769
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 2fe3-eb76-7342-5d57

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



EXPLORAÇÃO

Medidas / Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO

Medidas / Condições a cumprir relativamente ao encerramentos e ou desativação da instalação

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Comunicações a efetuar à Administração



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191106001769
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 2fe3-eb76-7342-5d57

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Tipo de informação/Parâmetros	Formato de reporte	Data de reporte	Entidade
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



ANEXOS TUA

Anexos

Código	Anexo	Descrição
C065964	DIA_3258.pdf	Declaração de Impacte Ambiental (DIA)

**Declaração de Impacte Ambiental
(Anexo ao TUA)**

Designação do projeto	Parque Eólico de cabeça Gordo
Fase em que se encontra o projeto	Estudo Prévio
Tipologia do projeto	Anexo II, n.º 3 alínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
Enquadramento no regime jurídico de AIA	Artigo 1.º, n.º 3 alínea b), subalínea ii) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
Localização (concelho e freguesia)	Concelho de Porto de Mós (União de freguesias de Arrimal e Mendiga) e Concelho de Alcobaça (freguesia de Évora de Alcobaça)
Identificação das áreas sensíveis	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, da Rede Nacional de Áreas Protegidas; e Sítio de Importância Comunitária PTCON0015 – Serra de Aire e Candeeiros
Proponente	Blue Future II - Energias Renováveis, Lda.
Entidade licenciadora	Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)
Autoridade de AIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Descrição sumária do projeto	<p>O Parque Eólico de Cabeço Gordo destina-se ao aproveitamento da energia eólica para produção de energia elétrica, através da instalação de dois aerogeradores, com uma potência unitária de 3 MW, e uma potência total na ordem dos 6 MW, com a qual se estima produzir cerca de 30 a 34 GWh/ano.</p> <p>A ligação ao Serviço Elétrico Nacional (SEN) será estabelecida através de uma linha elétrica, a 30 kV, com um comprimento aproximado de 6 km, que ligará o parque eólico à linha que sai da subestação de Turquel, passando nas imediações da aldeia de Portela do Pereiro. Prevê-se que a linha elétrica tenha um troço enterrado com uma extensão de cerca de 3,64 km e um troço aéreo com uma extensão de 2,53 km.</p> <p>O projeto implica a instalação/execução dos seguintes elementos e infraestruturas principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 aerogeradores, com uma potência unitária de 3 MW; - 2 plataformas de apoio à montagem dos equipamentos; - Rede elétrica de cabos de interligação dos aerogeradores ao posto de corte (subterrânea); - Posto de corte; - Construção e beneficiação de acessos;
-------------------------------------	--

- Ligação ao Sistema Elétrico Público.

As acessibilidades ao Parque Eólico do Cabeço Gordo, de uma maneira geral, estão em boas condições de circulação, não sendo necessária a abertura de novos acessos para chegar à área de estudo. Prevê-se que o acesso à zona do parque eólico será efetuado através da EM1321 que deriva diretamente do IC1 (antiga EN1). Esta estrada foi recentemente objeto de melhorias várias (incluindo tapete de asfalto novo), quer ao nível de drenagens quer quanto ao piso.

O aceso aos locais dos aerogeradores será realizado a sul a partir da EM1321, seguindo depois por acessos existentes do Parque Eólico de Portela do Pereiro, os quais não necessitarão de uma reabilitação. A partir do final do Parque Eólico de Portela do Pereiro a acessibilidade aos locais dos aerogeradores será efetuada através de caminhos existentes, que serão alvo de reabilitação, mantendo-se os respetivos traçados em planta e em perfil longitudinal, mas dotando-os de um perfil transversal tipo que permita a passagem dos equipamentos necessários.

Dentro do Parque Eólico de Cabeço Gordo será necessário beneficiar o acesso principal e construir os ramais de acesso (cerca de 60 m) a cada um dos aerogeradores a construir, para a montagem dos mesmos e posterior acesso durante a fase de exploração. Assim, prevê-se uma extensão de cerca de 2 800 m de acesso a beneficiar e 60 m de acesso a construir.

O EIA propõe a instalação de um estaleiro, nas imediações do local proposto para o aerogerador AG2, com uma área de aproximadamente 600 m².

Foi estimado que os trabalhos de escavação e aterro para as obras de construção civil poderão representar um volume de cerca de 4 742,5 m³.

A implantação do parque eólico implica a instalação/execução dos seguintes trabalhos:

- Instalação e utilização dos estaleiros;
- Limpeza dos terrenos / desmatção, escavação / aterros / compactação;
- Construção da plataforma de apoio à montagem do aerogerador;
- Montagem do aerogerador;
- Abertura da vala para instalação da rede de cabos;
- Movimentação de máquinas, veículos e pessoas afetas à obra;
- Depósito temporário de terras e materiais;
- Produção de resíduos e efluentes;
- Desativação do estaleiro e recuperação paisagística das zonas intervencionadas.

O EIA perspetiva uma duração aproximada de 4 meses para a construção do parque eólico.

	<p>Para a fase de exploração realçam-se as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença e funcionamento dos aerogeradores; - Manutenção e reparação de equipamento; - Presença e utilização dos acessos; - Produção de energia elétrica. <p>Das visitas a alguns parques eólicos que se encontravam em manutenção, mais concretamente em mudança das pás dos aerogeradores, verificou-se uma movimentação significativa de máquinas e veículos afetos à mesma e a destruição do coberto vegetal das plataformas de montagem em recuperação. Assim, considera-se que além destas atividades previstas poderão ocorrer outras com impactes semelhantes aos da fase de construção.</p> <p>A fase de exploração (vida útil) prevista para este parque eólico é de 20 anos.</p>
<p>Síntese do procedimento</p>	<p>O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) teve início a 12/02/2019, após receção de todos os elementos necessários à boa instrução do mesmo.</p> <p>A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da própria APA, do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), e do Instituto Superior de Agronomia / Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (ISA/CEABN).</p> <p>A metodologia adotada para concretização deste procedimento de AIA contemplou as seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apreciação da Conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), da documentação adicional e consulta do estudo prévio: <ul style="list-style-type: none"> – Foi considerada necessária a apresentação de elementos adicionais, os quais foram submetidos pelo proponente sob a forma de Aditamento ao EIA. – Após análise deste documento, foi considerado que o mesmo, de uma maneira geral, dava resposta às lacunas e dúvidas anteriormente identificadas pelo que o EIA foi declarado conforme a 22 de maio de 2019. – Sem prejuízo de ter sido declarada a conformidade do EIA, a CA verificou que persistiam questões/elementos por apresentar e esclarecer, pelo que solicitou a apresentação de elementos complementares, os quais foram entregues atempadamente pelo proponente.

	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de um período de Consulta Pública, que decorreu durante 30 dias úteis, de 29 de maio a 11 de julho de 2019. • Visita de reconhecimento ao local de implantação do projeto no dia 18 de junho de 2019, tendo estado presentes representantes da CA, do proponente e da empresa que elaborou o EIA. • Apreciação ambiental do projeto, com base na informação disponibilizada no EIA e respetivo Aditamento e Elementos Complementares, tendo em conta as valências das entidades representadas na CA, integrada com as informações recolhidas durante a visita ao local e ponderados todos os fatores em presença, incluindo os resultados da participação pública. • Elaboração do Parecer Final da CA, que visa apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto. • Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública. • Promoção de um período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, e de diligências complementares. • Análise da pronúncia apresentada em sede de audiência de interessados e preparação da presente proposta de decisão favorável condicionada. • Promoção de novo período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo. • Concluído o período de audiência de interessados sem que o proponente tivesse apresentado alegações, foi emitida a presente decisão.
Síntese dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas	Não foi considerada necessária a consulta a entidades externas à CA, prevista no n.º 10 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.
Síntese do resultado da consulta pública e sua consideração na decisão	<p>Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, a Consulta Pública (CP) decorreu durante 30 dias úteis, de 29 de maio a 11 de julho de 2019, tendo sido recebidas seis exposições com a seguinte proveniência: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional (DGADR); Direção-Geral do Território (dg Território); Estado-Maior da Força Aérea (EMFA); Turismo de Portugal; EDP distribuição; e REN.</p> <p>Síntese dos resultados da consulta pública</p> <p>Nenhuma das entidades se opõe à construção do parque eólico.</p>

<p>Informação das competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes entidades legalmente</p>	<p>O projeto em análise é compatível com os Planos Diretor Municipais dos concelhos abrangidos e com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.</p> <p>No entanto, o projeto interseta áreas com Alta Perigosidade de Incêndio Florestal, pelo que é necessária a apreciação da respetiva Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).</p> <p>De referir também que o projeto é compatível com o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.</p> <p>Relativamente à Reserva Ecológica Nacional, o projeto insere-se em Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e em Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos. Sobre as funções desempenhadas pelas áreas de REN abrangidas pelo projeto conclui-se que, atentas as características do projeto, não seria de esperar uma afetação significativa dessas mesmas funções</p> <p>No entanto, de acordo com o nº 7 do Art.º 24º do RJREN <i>“Quando a pretensão em causa esteja sujeita a procedimento de avaliação de impacte ambiental ou de avaliação de incidências ambientais, a pronúncia favorável da comissão de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito desses procedimentos compreende a emissão de autorização.”</i>.</p>
<p>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</p>	<p>A localização do parque eólico coincide com áreas pertencentes ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, e ao Sítio de Importância Comunitária PTCON0015 – Serra de Aire e Candeeiros.</p> <p>O projeto desenvolve-se numa linha de cumeada com uma altitude que varia entre os 500 m e os 550 m.</p> <p>Fazendo parte integrante da Serra dos Candeeiros, a cumeada onde o parque eólico se insere tem a mesma orientação e cotas semelhantes da cumeada situada a sul onde se instalaram parques eólicos de grande dimensão num total de 37 aerogeradores. Contudo, na envolvente mais próxima encontra-se o Parque Eólico de Portela do Pereiro com apenas quatro aerogeradores.</p> <p>O projeto está também inserido em terrenos submetidos ao Regime Florestal Parcial - Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros.</p> <p>Atendendo aos valores e condicionantes territoriais em presença, bem como às características do projeto, foi considerado como fator ambiental determinante para a avaliação desenvolvida os Sistemas ecológicos.</p> <p>Ao nível dos valores naturais a localização do parque eólico abrange espécies da flora e da fauna, prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável, com destaque para a Gralha-de-bico-vermelho.</p> <p>No caso concreto da Gralha-de-bico-vermelho está identificado o abrigo do Algar da Figueira, com nidificação regular, que dista cerca de 250 m projeto. No entanto, tendo em consideração uma faixa de proteção ao algar de 200 m, face à proximidade ao aerogerador, e contabilizada a projeção ao solo da área</p>

do rotor do mesmo, não se verificará um afastamento de 250 m ao algar, mas sim uma sobreposição de áreas de interferência com este, em 20 m. Acresce ainda que a conjugação dos aerogeradores do Cabeço Gordo com os aerogeradores do Parque Eólico da Portela do Pereiro, consubstancia uma situação em que ao Algar da Figueira passará a estar integrado no interior de um conjunto mais alargado de aerogeradores.

Face aos dados da evolução desta espécie, e ao seu estatuto de ameaça (Em perigo), a avaliação de impactes deve considerar a especificidade deste núcleo populacional a nível nacional e de todo o contexto dos mesmos que recaem sobre esta espécie no PNSAC.

Efetivamente, os dados de monitorização efetuados pelo ICNF, ao longo de três décadas, demonstram uma regressão do número de indivíduos, relativamente aos primeiros anos de registo, com uma acentuada redução da área de distribuição, designadamente na serra dos Candeeiros e sul do Planalto de Santo António. Significa isto que a localização do Algar da Figueira assume um papel preponderante na manutenção da população na serra dos Candeeiros, não podendo ser descurada que um aumento de perturbação, irreversível nos seus efeitos, possa contribuir para o abandono desta espécie do local.

Tendo em consideração a similaridade de alguns aspetos do Parque Eólico da Serra dos Candeeiros com o Parque Eólico de Cabeço Gordo, da experiência resultante da implementação do Parque Eólico da Serra dos Candeeiros verificou-se que o estudo do comportamento da Gralha-de-bico-vermelho face aos impactes deste tipo de infraestruturas é imprevisível, mesmo quando são tomadas medidas que melhoram as condições de habitat, como foi o caso do incremento da atividade da pastorícia, em que, mesmo nessas condições, a espécie deixou de nidificar nos algares existentes e de ocorrer de forma regular na área, situação que não se previa na avaliação de impactes ambiental efetuada.

Importa referir ainda que, relativamente à Gralha-de-bico-vermelho, um estudo recente sobre as populações Ibéricas desta espécie revelou uma reduzida diversidade genética mais acentuada nas populações periféricas da Serra de Aire e Candeeiros e Sagres (MORINHA 2017), motivada pelo seu isolamento, o que se traduz numa maior responsabilidade quanto às medidas de preservação destas populações.

Um outro aspeto relevante, e que se tem verificado com a monitorização efetuada na área em questão, é de que pode existir um corredor de passagem de aves migratórias pela cumeada da serra dos Candeeiros, nomeadamente com o registo recente de duas observações de Abutre-preto na serra dos Candeeiros, espécie de elevado estatuto de ameaça (criticamente em perigo) segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, observado no Parque Eólico da Portela do Pereiro, em 28 de abril de 2017, integrado num bando de 6 grifos e 1 grifo-pedrês e a morte de um indivíduo por colisão com um aerogerador, no Parque Eólico da Serra dos Candeeiros, em 2015.

Face ao exposto, considera-se que os impactes negativos da implantação do parque eólico sobre a Gralha-de-bico-vermelho são muito significativos e não minimizáveis, sobre uma espécie de interesse comunitário, com estatuto de ameaça classificado de EM PERIGO.

Por outro lado, e no que se refere à compatibilidade do projeto com o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros (POPNSAC), verifica-se que a área de estudo é abrangida pelos regimes de proteção Área de Proteção Parcial do tipo I (APPI), Área de Proteção Parcial do tipo II (APPII), Área de Proteção Complementar do tipo I (APCI) e Área de Proteção Complementar do tipo II (APCII), e ainda por áreas identificadas no Anexo III do regulamento do POPNSAC.

Face aos regimes de proteção da planta de síntese do POPNSAC, analisando, não a base do aerogerador, mas sim a projeção ao solo da área utilizada pelas pás (área do rotor), verifica-se uma sobreposição do projeto em áreas de PPI, em de áreas de PPII e áreas do Anexo III, onde o regime aplicável interdita a instalação de parques eólicos. Assim como, são igualmente atos interditos em regime de Proteção Parcial, o alargamento de caminhos a beneficiar com plataforma estreita e a abertura de valas para instalação da rede de cabos ao longo dos caminhos.

Acresce ainda, para as Áreas de Proteção Complementar, que os atos e atividades relativas à construção de parques eólicos são condicionadas a parecer do ICNF, com exceção das áreas integradas no n.º 2 do artigo 19.º, onde refere que *“Nas áreas identificadas no anexo III que sejam áreas recuperadas são interditas a instalação ou ampliação de explorações de massas minerais e de infraestruturas de aproveitamento energético, designadamente parques eólicos, bem como quaisquer ações que impeçam a recuperação natural do coberto vegetal, com exceção do pastoreio extensivo e das atividades silvícolas limitadas a povoamentos de espécies indígenas”*.

Relativamente aos impactes positivos, estes foram identificados no fator ambiental Socioeconomia, sendo considerados significativos a nível nacional, regional e local. A nível nacional, o projeto contribuirá para os objetivos da Estratégia Nacional de Energia, que em 2020, 60% da eletricidade produzida tenha origem em fontes renováveis. A nível regional e local, o aumento das fontes municipais de rendimento, irá gerar um impacto positivo e significativo, já que a exploração fornecerá um rendimento fixo em benefício dos municípios e dos proprietários dos terrenos envolvidos.

Face ao exposto, tendo em conta os resultados da avaliação desenvolvida, considera-se que, apesar dos impactes positivos do projeto na Estratégia Nacional de Energia, tendo em conta a incompatibilidade do projeto com o Plano de Ordenamento do Território do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, e os impactes negativos muito significativos e não minimizáveis numa espécie prioritária com estatuto de conservação desfavorável, o projeto não é compatível com a salvaguarda dos valores ambientais existentes na área

afetada.

Neste sentido, foi proposta uma decisão desfavorável ao Parque Eólico de Cabeço Gordo, pelo que foi promovido um período de audiência de interessados, nos termos do artigo 121.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.

No decurso deste período, o proponente do projeto submeteu a respetiva pronúncia consubstanciada nos documentos “Pronuncia sobre a Proposta de DIA” e “Monitorização da comunidade de aves - Relatório 1 (Fase anterior à construção – Ano 2017/2018)” os quais foram objeto de análise pela APA em articulação com as restantes entidades que integraram a Comissão de Avaliação.

Dado que os aspetos críticos que fundamentaram a anterior proposta de decisão desfavorável reportavam-se na sua maioria aos potenciais impactes do projeto sobre os valores ecológicos, o resultado dessa análise suportou-se essencialmente na pronúncia do ICNF.

Em resultado, e considerando os elementos apresentados em fase de audiência de interessados, conclui-se o seguinte:

1 – Incompatibilidade com o POPNSAC

As alterações ao projeto, com a realocização dos dois aerogeradores, permitem verificar que as atuais localizações, e respetivos sobrevoos, não afetam as Áreas de Proteção Parcial Tipo I e as Áreas do Anexo III, suprimindo, deste modo, as incompatibilidades com o POPNSAC.

No que se refere à abertura da vala para instalação da rede de cabos ao longo dos caminhos ressalva-se que o projeto deve cumprir com o estipulado na alínea i) do n.º1. do artigo 13.º do regulamento do POPNSAC.

2 - Gralha-de-bico-vermelho

Relativamente à Gralha-de-bico-vermelho as alterações ao projeto assumem uma maior distância ao algar da figueira, que serve de abrigo/nidificação desta espécie, sendo garantido o afastamento de 200 metros (valor idêntico ao disposto na alínea a) do artigo 33.º para abrigos do mesmo tipo).

Deste modo, a realocização dos aerogeradores salvaguardam uma distância ao algar, superior à proposta inicial, e assim compatível com o disposto no POPNSAC relativamente a distâncias de salvaguarda a cavidades cársicas que servem de abrigo à fauna.

3 – Corredor de passagem de aves migratórias

O documento apresentado refere que *“relativamente à referência da possível existência de um Corredor de passagem de aves migratórias, considera-se que uma única ocorrência de mortalidade da espécie abutre-preto (Aegypius monachus), em 14 anos de monitorização, e os reduzidos registos de ocorrência de outras espécies migradoras, não são indicativos da existência de um corredor de passagem de aves migratórias que atravesse a cumeada da serra dos Candeeiros, tratando-se aquelas observações, provavelmente, de*

movimentos de dispersão atípicos. Pelo que não se concorda que exista um corredor de passagem de aves migratórias na área de estudo e que este venha a condicionar a implementação do projeto”.

Não obstante os registos das observações de aves planadoras não serem indicativos da existência de um corredor de passagem de aves migratórias que atravessem a cumeada da serra dos Candeeiros, de acordo com a avaliação efetuada, considera-se que, mesmo tratando-se de observações de movimentos de dispersão atípicos, os registos de espécies como o abutre-preto (*Aegypius monachus*) entre outras com Estatuto de Conservação desfavorável, não elimina a probabilidade de virem a existir colisões destas com os aerogeradores.

No entanto, o programa de monitorização estabelecido permite assegurar o correto acompanhamento desses impactes e, a verificarem-se resultados não previstos pelo EIA, permitirá ao ICNF, em conjunto com a Autoridade AIA, estabelecer as medidas de mitigação a adotar em consonância com os resultados que se vierem a verificar no programa de monitorização.

Tendo em consideração a nova localização, relativamente ao **ordenamento do território** importa referir o seguinte:

1 - Planta de Ordenamento da 1ª Revisão do PDM de Porto de Mós

Verifica-se que as novas localizações não induzem alteração das categorias do Solo Rural, conforme Planta de Classificação e Qualificação do Solo, pelo que se mantém a compatibilidade com a disciplina de uso do solo constante do Regulamento respetivo, uma vez que a alínea a) do nº 1 do Art.º 10º estabelece que,

1 — Sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural são permitidas as seguintes ocupações e utilizações:

a) Implantação de infraestruturas, designadamente, de telecomunicações, de gás, de água, de esgotos, de energia elétrica e de produção de energias renováveis, bem como de infraestruturas viárias e obras hidráulicas;

2 - Planta de Ordenamento/ Áreas de Risco ao Uso do Solo

De acordo com a Planta de Ordenamento/ Áreas de Risco ao Uso do Solo, a nova localização do Aerogerador nº 2 (AG2) recai agora em área com Alta Perigosidade de Incêndio Florestal.

Embora o Art.º 90º (Regime específico) do Regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Porto de Mós, não interdição a nova edificação para a finalidade em causa nos terrenos classificados com risco de incêndio alto ou muito alto, deve, contudo, ser dado cumprimento ao nº 11 do Art.º 16º do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 14/2019, de 21 de janeiro, que refere o seguinte:

11 - Excetua-se do disposto no n.º 2 a construção de novos edifícios destinados a utilizações exclusivamente agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos que sejam reconhecidas de interesse municipal por deliberação da câmara municipal, desde que verificadas as seguintes condições:

- a) Inexistência de alternativa adequada de localização;*
- b) Medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo a faixa de gestão de 100 metros;*
- c) Medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;*
- d) Demonstração de que os novos edifícios não se destinam a fins habitacionais ou turísticos, ainda que associados à exploração;*
- e) Existência de parecer favorável da CMDF.”*

Ou seja, a pretensão terá de ser submetida a apreciação da respetiva Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).

3 – Planta de Condicionantes

No que se refere à Planta de Condicionantes, as novas localizações dos aerogeradores não alteram a situação anterior. Saliente-se que, apesar do parque eólico ocupar áreas classificadas como REN (*áreas de máxima infiltração e Áreas com riscos de erosão*).

Por outro lado, pese embora a alteração e republicação do RJREN através do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto, a produção e distribuição de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis continua a ser uma ação com enquadramento no Anexo II deste Diploma.

Assim, atento o disposto no Art.º 24º do RJREN e em particular no seu nº 7, a aceitação da comunicação prévia relativamente à REN a que se refere o Art.º 20º do mesmo Regime, depende do parecer favorável apenas daquela entidade, uma vez que não há questões relativamente aos Recursos Hídricos.

Quanto aos restantes fatores ambientais, mantiveram-se os resultados da avaliação anteriormente efetuada, dado que a pronúncia do proponente em sede dos períodos de audiência de interessados não acrescentou informação relevante.

Face ao exposto, atendendo à realocação dos aerogeradores face à proposta inicial e suprimidas as incompatibilidades com o POPNSAC, emite-se decisão favorável condicionada ao cumprimento dos termos e condições impostas no presente documento.

Elementos a Apresentar

Além de todos os dados e informações necessários à verificação do cumprimento das exigências da decisão sobre o projeto, o Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) deve ainda apresentar os seguintes elementos:

1. *Layout* final do parque eólico e de todas as infraestruturas do projeto, incluindo a linha elétrica aérea.
2. Proposta de implementação de medidas de minimização de impactos sobre a avifauna, ao longo do traçado da linha elétrica aérea, em termos de eletrocussão e colisão.
3. Parecer da respetiva Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) sobre o projeto de execução do parque eólico.
4. Caracterização da situação atual com medições acústicas, e consequentemente aferir os níveis sonoros resultantes do projeto, uma vez que a caracterização dos níveis sonoros efetuada não incluiu a possível contribuição de outras fontes existentes na área, nomeadamente de outros aerogeradores.
5. Resultados da prospeção arqueológica sistemática de todas as áreas a afetar, nomeadamente caminhos de acesso, valas de cabos, áreas de estaleiro, depósitos temporários e empréstimos de inertes, incluindo outras componentes de projeto, bem como do projeto complementar da linha elétrica aérea (do traçado da linha (caso seja alterado), localização dos apoios e respetivos acessos), caso estes locais se situam fora das áreas já prospetadas, bem como das zonas que tivessem apresentado visibilidade reduzida.
6. Cartografia à escala 1:25 000 e à escala de projeto de todos os elementos patrimoniais, mantendo a numeração, tanto os que constem do EIA e do respetivo Aditamento como os que forem detetados durante a fase de prospeção mais aprofundada. Estes elementos patrimoniais devem estar individualmente identificados e georreferenciados (em polígono - área de dispersão / concentração dos vestígios).
7. Cartografia com a implantação das áreas de estaleiro, localização definitiva de acessos, de valas de cabos, depósitos temporários, bem como do traçado definitivo da linha elétrica aérea, respetivos apoios e acessos necessários à sua implementação. As áreas de estaleiro e parques de materiais ficam interditos em todos os locais onde foram detetadas ocorrências patrimoniais, conforme Carta de Condicionamentos, e devem garantir um afastamento no mínimo de cerca de 50 metros do limite exterior de todas as ocorrências patrimoniais. Os acessos a construir de novo ou os que carecerem de melhoramento deverão garantir um afastamento no mínimo de cerca de 50 metros do limite exterior de todas as ocorrências patrimoniais constantes da Carta de Condicionantes atualizada.
8. Plano de recuperação das áreas afetadas.
9. Plano de acompanhamento ambiental da obra.
10. Programas de monitorização, nomeadamente de Avifauna, de Quirópteros e de Flora e Vegetação.

Medidas de Minimização

As medidas previstas para a fase de projeto devem ser integradas no projeto de execução. Todas as medidas de minimização, relativas à fase de construção, devem ser transpostas para o caderno de encargos do projeto.

FASE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E DO RECAPE

Parque Eólico

1. Deve ser respeitado o exposto na planta de condicionamentos. Sempre que se venham a identificar elementos que justifiquem a sua salvaguarda, a planta de condicionamentos deve ser atualizada.
2. Evitar a afetação dos vários elementos patrimoniais identificados.
3. Garantir um afastamento de 50 m de todas as componentes/infraestruturas do projeto (aerogeradores, acessos, valas, corredor e apoios da linha elétrica aérea) aos elementos patrimoniais identificados no EIA e no Aditamento, bem como para todos os que vierem a ser identificados no âmbito da prospeção e avaliação arqueológica solicitada nos Elementos a Apresentar em sede de RECAPE, compatível com a sua conservação no decurso da obra.
4. Caso sejam identificados elementos patrimoniais no local de implantação dos aerogeradores, das valas de cabos, dos apoios da LE aérea ou dos acessos a construir ou a melhorar, deve ser avaliado o ajuste do projeto de modo a garantir a sua integridade.
5. Incluir a totalidade das ocorrências identificadas na área de estudo na planta de condicionamentos. Com esta medida pretende-se sinalizar e garantir a manutenção do estado de conservação atual das ocorrências em apreço. A sua aplicação deve estender-se às fases subsequentes.
6. Evitar a afetação dos muros de pedra existentes próximos dos acessos ou de zonas de trabalho e/ou circulação de máquinas. Os mesmos devem ser balizados a uma distância significativa que não permita a ocorrência de qualquer afetação física dos mesmos.
7. Nos acessos a construir, ou a melhorar, e nas plataformas de montagem não devem ser utilizados materiais impermeabilizantes.
8. A implantação das fundações e das plataformas devem ser aferidas procurando o ajuste necessário que reduza ao máximo as movimentações de terras, a destruição das superfícies de rocha, sobretudo os afloramentos que se destaquem acima do solo, e a dimensão dos taludes das plataformas.
9. Na conceção dos novos acessos, no reperfilamento dos existentes, e da plataforma final, o perfil tipo transversal a adotar deve prever a suavização em perfil sinusoidal com a envolvente.
10. A conceção dos novos acessos, dos acessos a beneficiar e das plataformas de montagem deve procurar soluções de materiais que reduzam o impacto visual decorrente da utilização de materiais brancos e altamente refletores de luz, devendo recorrer-se a materiais que permitam uma coloração/tonalidade próxima da envolvente, no mínimo para aplicação à camada de desgaste dos acessos. Idêntica preocupação deve ser extensível ao piso da envolvente imediata dos aerogeradores, que deve ficar reduzida à menor área possível.
11. Prever um sistema de drenagem que assegure a manutenção do escoamento natural (passagens hidráulicas e valetas).
12. As valetas de drenagem não devem ser em betão, exceto nas zonas de maior declive, ou em outras desde que devidamente justificado.

13. A conceção de todos os órgãos de drenagem, caixas de visita ou valetas deve prever o revestimento exterior com a pedra local/região. No que se refere à eventual utilização de argamassas, as mesmas devem recorrer à utilização de uma pigmentação mais próxima da cor do terreno ou através de utilização de cimento branco.
14. A rede de cabos subterrânea deve ser desenvolvida, preferencialmente, ao longo dos caminhos de acesso do parque eólico, devendo, sempre que tal não aconteça, ser devidamente justificado.
15. Deve ser encontrada uma solução final de revestimento em pedra natural, não artificial, para o edifício do Posto de Corte.
16. A localização final dos acessos, resultantes de eventuais ajustes, deve excluir qualquer afetação física dos muros de pedra solta existentes, sendo estes um registo muito relevante e identitário da Paisagem da serra dos Candeeiros.
17. Prever a colocação de balizagem aeronáutica diurna e noturna de acordo com a Circular Aeronáutica 10/03, de 6 de Maio.

Linha elétrica

18. Deve ser respeitado o exposto na planta de condicionamentos.
19. Prever a implementação de medidas de minimização de impactes sobre a avifauna, ao longo do traçado da linha elétrica aérea, em termos de eletrocussão e colisão.
20. Na conceção final da linha elétrica aérea a definição dos locais para a implantação dos apoios deve evitar os espaços interiores às parcelas, ou terrenos, delimitados por muros, procurar maior afastamentos às habitações e aos afloramentos rochosos.

FASE DE CONSTRUÇÃO

Planeamento dos trabalhos, estaleiro e áreas a intervencionar

21. Deve ser respeitado o exposto na planta de condicionamentos. Sempre que se venham a identificar elementos que justifiquem a sua salvaguarda, a planta de condicionamentos deve ser atualizada.
22. Concentrar no tempo os trabalhos de obra, especialmente os que causem maior perturbação.
23. Os trabalhos de limpeza e movimentação geral de terras devem ser programados de forma a minimizar o período de tempo em que os solos ficam descobertos e ocorram, preferencialmente, no período seco. Caso contrário, devem adotar-se as necessárias providências para o controle dos caudais nas zonas de obras, com vista à diminuição da sua capacidade erosiva.
24. As cavidades ou outros elementos de especial interesse geológico, geomorfológico ou espeleológico que sejam postos a descoberto pela prospeção e durante as operações de escavação, devem ser sujeitas a uma avaliação geológica, devendo o procedimento técnico a adotar, apontar para a sua preservação e acessibilidade.
25. Assegurar o escoamento natural em todas as fases de desenvolvimento da obra.
26. Informar os trabalhadores e encarregados das possíveis consequências de uma atitude negligente em relação às medidas minimizadoras identificadas, através da instrução sobre os procedimentos ambientalmente adequados a ter em obra (sensibilização ambiental).
27. Informar sobre a construção e instalação do projeto as entidades utilizadoras do espaço aéreo na zona envolvente do mesmo, nomeadamente o SNBPC - Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, e

- entidades normalmente envolvidas na prevenção e combate a incêndios florestais, bem como as entidades com jurisdição na área de implantação do projeto.
28. Para efeitos de publicação prévia de Avisos à Navegação Aérea, deve ser comunicado à Força Aérea e à ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. o início da instalação dos aerogeradores, devendo incluir-se nessa comunicação todas as exigências que constem nos pareceres emitidos por estas entidades.
 29. Fornecer à Direção-Geral do Território as coordenadas exatas dos aerogeradores e linha elétrica, com indicação do respetivo sistema de referência, assim como a altura máxima dessas infraestruturas.
 30. As populações mais próximas devem ser informadas acerca das ações de construção e respetiva calendarização, divulgando esta informação em locais públicos, nomeadamente nas juntas de freguesia e câmaras municipais.
 31. Implementar um mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações, no estaleiro e/ou através de telefone ou endereço de correio eletrónico. Elaborar um relatório relativo à receção e processamento das reclamações e pedidos de informação recebidos através do mecanismo de comunicação a criar para o efeito.
 32. O estaleiro deve localizar-se em local a definir conjuntamente com a Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA), cumprindo sempre o disposto na planta de condicionamentos, e deve ser organizado nas seguintes áreas:
 - Áreas sociais (contentores de apoio às equipas técnicas presentes na obra);
 - Deposição de resíduos: devem ser colocadas duas tipologias de contentores - contentores destinados a Resíduos Sólidos Urbanos e equiparados e contentor destinado a resíduos de obra;
 - Armazenamento de materiais poluentes (óleos, lubrificantes, combustíveis): esta zona deverá ser impermeabilizada e coberta e dimensionada de forma a que, em caso de derrame acidental, não ocorra contaminação das áreas adjacentes;
 - Parqueamento de viaturas e equipamentos;
 - Deposição de materiais de construção.
 33. A área do estaleiro não deve ser impermeabilizada, com exceção dos locais de manuseamento e armazenamento de substâncias poluentes.
 34. O estaleiro deve possuir instalações sanitárias amovíveis. Em alternativa, caso os contentores que servirão as equipas técnicas possuam instalações sanitárias, as águas residuais devem drenar para uma fossa séptica estanque, a qual terá de ser removida no final da obra.
 35. Não devem ser efetuadas operações de manutenção e lavagem de máquinas e viaturas no local do Parque. Caso seja imprescindível, devem ser criadas condições que assegurem a não contaminação dos solos.
 36. Caso venham a ser utilizados geradores no decorrer da obra, para abastecimento de energia elétrica do estaleiro, nas ações de testes dos aerogeradores ou para outros fins, estes devem estar devidamente acondicionados de forma a evitar contaminações do solo.
 37. Em condições climáticas adversas, nomeadamente dias secos e ventosos, devem ser utilizados sistemas de aspersão nas áreas de circulação.
 38. A fase de construção deve restringir-se às áreas estritamente necessárias, devendo proceder-se à balizagem prévia das áreas a intervencionar. Para o efeito, devem ser delimitadas as seguintes áreas:

- Estaleiro: o estaleiro deve ser vedado em toda a sua extensão.
 - Acessos: deve ser delimitada uma faixa de no máximo 2 m para cada lado do limite dos acessos a construir. Nas situações em que a vala de cabos acompanha o traçado dos acessos, a faixa a balizar será de 2 m, contados a partir do limite exterior da área a intervencionar pela vala.
 - Aerogeradores e plataformas: deve ser limitada uma área máxima de 2 m para cada lado da área a ocupar pelas fundações e plataformas. As ações construtivas, a deposição de materiais e a circulação de pessoas e maquinaria devem restringir-se às áreas balizadas para o efeito.
 - Locais de depósitos de terras.
 - Outras zonas de armazenamento de materiais e equipamentos que pela sua dimensão não podem ser armazenados no estaleiro;
 - Áreas a intervencionar para instalação dos apoios da linha e respetivos acessos.
39. Colocar, na zona do parque eólico, sinalética disciplinadora e condicionante de comportamentos que suscitem um aumento do risco de incêndio.
 40. Os serviços interrompidos, resultantes de afetações planeadas ou acidentais, devem ser restabelecidos o mais brevemente possível.
 41. Efetuar a prospeção arqueológica sistemática, após desmatção e antes do avanço das operações de decapagem e escavação, das áreas de incidência do projeto que apresentavam reduzida visibilidade, de forma a colmatar as lacunas de conhecimento, incluindo os caminhos de acesso, áreas de estaleiro, depósitos temporários e empréstimos de inertes e áreas a afetar pelo traçado da linha elétrica aérea e respetivos apoios. Os resultados obtidos no decurso desta prospeção poderão determinar a adoção de medidas de minimização complementares (registo documental, sondagens, escavações arqueológicas, entre outras).
 42. Proceder a acertos de projeto, ainda que pontuais, nos casos em que os resultados da reprovocação arqueológica apontem para uma possível afetação de vestígios, antes mesmo de serem propostas quaisquer outras medidas de minimização intrusivas, como sondagens arqueológicas mecânicas, manuais, ou a escavação integral dos vestígios afetados que, neste caso, será sempre obrigatória; Deverá compatibilizar-se a localização dos elementos do projeto com os vestígios patrimoniais que possam ser detetados, de modo a garantir a sua salvaguarda.
 43. Assinalar e vedar todos os elementos e áreas identificadas no EIA que exigem estatuto de proteção e que se encontrem a menos de 50 m das frentes de obra, antes de qualquer intervenção, de acordo com a planta de condicionamentos, de forma a serem preservados durante a execução das obras.
 44. Executar sondagens arqueológicas de diagnóstico e salvaguarda de informação acerca de ocorrências arqueológicas passíveis de afetação direta pela obra, a aplicar em função dos resultados do acompanhamento arqueológico.
 45. Garantir o acompanhamento integral e contínuo da obra, por arqueólogo, com efeito preventivo em relação à afetação de vestígios arqueológicos incógnitos. Este acompanhamento consiste na observação, por arqueólogo, das operações de remoção e revolvimento de solo (desmatção e decapagens superficiais em ações de preparação ou regularização do terreno) e de escavação no solo e subsolo. Inclui a execução ou acompanhamento da execução de balizamentos de ocorrências, situadas a menos de 50 m de distância da frente de obra. Este acompanhamento deverá ser efetuado

por um arqueólogo, por frente de trabalho, quando as ações inerentes à implementação do projeto não sejam sequenciais mas sim simultâneas.

46. Os resultados obtidos no decurso do acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas/complementares (registo documental, sondagens, escavações arqueológicas, entre outras), as quais serão apresentadas à Direção Geral do Património Cultural, e, só após a sua aprovação, é que serão implementadas. Antes da adoção de qualquer medida de mitigação deverá compatibilizar-se a localização dos componentes do projeto com os vestígios patrimoniais em presença, de modo a garantir a sua preservação.
47. Sempre que forem encontrados vestígios arqueológicos, a obra será suspensa nesse local, ficando o arqueólogo obrigado a comunicar de imediato à Tutela do Património Cultural as ocorrências, acompanhadas de uma proposta de medidas de minimização a implementar sob a forma de um relatório preliminar.
48. Se a destruição de um sítio (total ou parcial) depois de devidamente justificada, for considerada como inevitável, deverá ficar expressamente garantida a salvaguarda pelo registo da totalidade dos vestígios e contextos a afetar, através da escavação arqueológica integral.
49. As estruturas arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra devem, em função do seu valor patrimonial, ser conservadas in situ, de acordo com parecer prévio da Tutela, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação para o futuro. Os achados móveis devem ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de Tutela do Património Cultural.
50. Em fase de obra os muros de pedra solta que vierem a ser eventualmente desmontados terão que ser reconstruídos após a conclusão das obras, utilizando, para tal, a técnica de construção original.

Desmatção e Movimentação de Terras

51. Os trabalhos de desmatção e decapagem de solos devem ser limitados às áreas estritamente necessárias à execução dos trabalhos, procedendo-se à reconstituição do coberto vegetal de cada zona de intervenção logo que as movimentações de terras (que se espera não tenham significado) tenham terminado, em particular nos taludes de escavação e de aterro. Esta medida é particularmente importante nas áreas das plataformas de trabalho para instalação das torres dos aerogeradores e nas faixas das valas para instalação dos cabos elétricos. As áreas adjacentes às áreas a intervencionar pelo projeto, ainda que possam ser utilizadas como zonas de apoios, não devem ser desmatadas ou decapadas.
52. A progressão da máquina nas ações de decapagem deve fazer-se sempre em terreno já anteriormente decapado, ou a partir do acesso adjacente, de forma a que nunca circule sobre a mesma. Deve ser evitado o recurso a máquinas de rasto de forma a também evitar a compactação da camada de solo abaixo da terra vegetal.
53. As terras resultantes das escavações deverão ser reutilizadas sempre que possível e que os materiais tenham características geotécnicas adequadas, nas obras de construção onde haja necessidade de aterro, nomeadamente nos acessos a construir, na construção e regularização das plataformas dos aerogeradores. Caso tal não seja possível devem ser levadas para vazadouro autorizado.
54. Os trabalhos de escavações e aterros devem ser iniciados logo que os solos estejam limpos, evitando repetição de ações sobre as mesmas áreas e a manutenção de solos nus por elevado período de tempo.

55. A execução de escavações e aterros deve ser interrompida em períodos de elevada pluviosidade e devem ser tomadas as devidas precauções para assegurar a estabilidade dos taludes e evitar ravinamentos e/ou deslizamentos.
56. Devem ser salvaguardadas todas as espécies arbóreas e arbustivas que não perturbem a execução da obra.
57. No corredor da Linha Elétrica deve ser mantida, sempre que possível, a vegetação arbustiva e utilizadas técnicas de desbaste das árvores, em detrimento do seu corte, no caso das espécies que não tenham crescimento rápido.
58. Caso se perspetive que venha a ocorrer a afetação de espécies arbóreas ou arbustivas sujeitas a regime de proteção, dever-se-á respeitar o exposto na respetiva legislação em vigor. Adicionalmente devem ser implementadas medidas de proteção e/ou sinalização das árvores e arbustos, fora das áreas a intervencionar, e que, pela proximidade a estas, possam ser acidentalmente afetadas.
59. Durante as ações de escavação a camada superficial de solo (terra vegetal) deve ser cuidadosamente removida e depositada em pargas.
60. As pargas de terra vegetal proveniente da decapagem superficial do solo não devem ultrapassar os 2 metros de altura e devem localizar-se na vizinhança dos locais de onde foi removida a terra vegetal, em zonas planas e bem drenadas, para posterior utilização nas ações de recuperação.
61. Implementar um plano para a gestão diferenciada da biomassa e dos solos resultantes, respetivamente, das ações de desmatção e da decapagem dos solos, provenientes de locais onde tenham sido recenseadas espécies exóticas classificadas como invasoras pelo Anexo I do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro.
62. Caso se revele necessária a utilização de explosivos, deve recorrer-se a técnicas de pré-corte e ao uso de microrretardadores, atenuando desta forma a intensidade das vibrações produzidas. Nestes casos, informar sobre a utilização de explosivos através de placas afixadas junto às obras e nos caminhos de acesso ao projeto.

Gestão de materiais, resíduos e efluentes

63. Não podem ser instaladas centrais de betão na área de implantação do parque eólico.
64. Em caso de ser necessário utilizar terras de empréstimo, deve ser dada atenção especial à sua origem, por forma a que as mesmas não alterarem a ecologia local e introduzam plantas invasoras.
65. Não utilizar recursos naturais existentes no local de implantação do projeto. Excetua-se o material sobranter das escavações necessárias à execução da obra.
66. Implementar um plano de gestão de resíduos que permita um adequado armazenamento e encaminhamento dos resíduos resultantes da obra.
67. Deve ser designado, por parte do Empreiteiro, o Gestor de Resíduos. Este será o responsável pela gestão dos resíduos segregados na obra, quer ao nível da recolha e acondicionamento temporário no estaleiro, quer ao nível do transporte e destino final, recorrendo para o efeito a operadores licenciados.
68. O Gestor de Resíduos deve arquivar e manter atualizada toda a documentação referente às operações de gestão de resíduos. Deve assegurar a entrega de cópia de toda esta documentação à EAA para que a mesma seja arquivada no Dossier de Ambiente da empreitada.

69. É proibido efetuar qualquer descarga ou depósito de resíduos ou qualquer outra substância poluente, direta ou indiretamente, sobre os solos ou linhas de água, ou em qualquer local que não tenha sido previamente autorizado.
70. Deve proceder-se, diariamente, à recolha dos resíduos segregados nas frentes de obra e ao seu armazenamento temporário no estaleiro, devidamente acondicionados e em locais especificamente preparados para o efeito.
71. Os resíduos resultantes das diversas obras de construção (embalagens de cartão, plásticas e metálicas, armações, cofragens, entre outros) devem ser armazenados temporariamente num contentor na zona de estaleiro, para posterior transporte para local autorizado.
72. Os resíduos sólidos urbanos e os equiparáveis devem ser triados de acordo com as seguintes categorias: vidro, papel/cartão, embalagens e resíduos orgânicos. Estes resíduos podem ser encaminhados e recolhidos pelo circuito normal de recolha de RSU do município ou por uma empresa designada para o efeito.
73. O material inerte proveniente das ações de escavação deve ser depositado na envolvente dos locais de onde foi removido, para posteriormente ser utilizado nas ações de aterro (aterro das fundações ou execução das plataformas de montagem), sempre que possível e que os materiais tenham características geotécnicas adequadas.
74. O material inerte que não venha a ser utilizado (excedente) deve ser, preferencialmente, utilizado na recuperação de zonas degradadas ou, em alternativa, transportado para vazadouro autorizado.
75. Proteger os depósitos de materiais finos da ação dos ventos e das chuvas.
76. Deve ser assegurada a remoção controlada de todos os despojos de ações de decapagem, desmatização e desflorestação necessárias à implantação do projeto, podendo ser aproveitados na fertilização dos solos.
77. O armazenamento de combustíveis e/ou outras substâncias poluentes apenas é permitido em recipientes estanques, devidamente acondicionados e dentro da zona de estaleiro preparada para esse fim. Os recipientes devem estar claramente identificados e possuir rótulos que indiquem o seu conteúdo.
78. Caso, acidentalmente, ocorra algum derrame fora das zonas destinadas ao armazenamento de substâncias poluentes, deve ser imediatamente aplicada uma camada de material absorvente e o empreiteiro providenciar a remoção dos solos afetados para locais adequados a indicar pela entidade responsável pela fiscalização ambiental, onde não causem danos ambientais adicionais.
79. Durante as betonagens, deve proceder-se à abertura de bacias de retenção para lavagem das caleiras das betoneiras. Estas bacias devem ser localizadas em zonas a intervencionar, preferencialmente, junto aos locais a betonar. A capacidade das bacias de lavagem de betoneiras deve ser a mínima indispensável à execução da operação. Finalizadas as betonagens, a bacia de retenção será aterrada e alvo de recuperação.
80. Caso seja utilizada uma britadeira, é proibida a britagem de pedra não proveniente da obra e/ou que não tenha como fim o próprio uso em obra. A britadeira não deve sair em caso algum do acesso, mantendo-se e operando em permanência sempre dentro das zonas intervencionadas. Caso o material obtido não seja imediatamente utilizado, deve ser depositado e acondicionado em local adequado para o efeito, a definir pela Equipa do Acompanhamento Ambiental. A envolvente da britadeira deve estar protegida quando se localizar próximo de áreas consideradas sensíveis, de modo a minimizar os

impactes decorrentes da disseminação de poeiras resultantes da sua utilização. A britadeira deve estar em permanência na obra desde o início até ao fim dos trabalhos em que seja necessária.

81. O transporte de materiais suscetíveis de serem arrastados pelo vento deve ser efetuado em viatura fechada ou devidamente acondicionados e cobertos, caso a viatura não seja fechada.

Acessos, plataformas e fundações

82. Limitar a circulação de veículos motorizados, por parte do público em geral, às zonas de obra.
83. O tráfego de viaturas pesadas deve ser efetuado em trajetos que evitem ao máximo o incómodo para as populações. Caso seja inevitável o atravessamento de localidades, o trajeto deve ser o mais curto possível e ser efetuado a velocidade reduzida.
84. Assegurar que os caminhos ou acessos nas imediações da área do projeto não fiquem obstruídos ou em más condições, possibilitando a sua normal utilização por parte da população local.
85. Alertar as povoações mais próximas de eventuais condicionamentos previstos na circulação viária.
86. No caso da construção da Linha Elétrica, evitar a abertura de novos acessos. No caso de não existirem acessos que sirvam os propósitos da obra, devem ser apenas abertos trilhos que permitam a passagem do equipamento e da maquinaria envolvida na fase de construção, os quais terão que ser devidamente naturalizados no final da obra.

FASE DE EXPLORAÇÃO

87. A substituição de grandes componentes do parque eólico, entendida como toda a atividade que requeira intervenção de grua, deve respeitar medidas de minimização semelhantes às que uma atividade equivalente tem durante a fase de construção do projeto e que se encontram vertidas no presente parecer. A Autoridade de AIA deve ser avisada previamente da necessidade desse tipo de intervenção, bem como do período em que ocorrerá. No final da intervenção deve ser enviado à Autoridade de AIA um relatório circunstanciado, incluindo um registo fotográfico detalhado, onde se demonstre o cumprimento das medidas de minimização e a reposição das condições tão próximas quanto possível das anteriores à própria intervenção.
88. As ações relativas à exploração e manutenção deverão restringir-se às áreas já ocupadas, devendo ser compatibilizada a presença do parque com as outras atividades presentes.
89. Sempre que se desenvolverem ações de manutenção, reparação ou de obra, deve ser fornecida ao empreiteiro para consulta a planta de condicionamentos atualizada e cumpridas as medidas de minimização, previstas para a fase de construção, quando aplicáveis.
90. Sempre que ocorram trabalhos de manutenção que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, deve efetuar-se o acompanhamento arqueológico dos trabalhos.
91. Efetuar a manutenção e limpeza dos terrenos na área do parque eólico.
92. A iluminação do projeto e das suas estruturas de apoio deve ser reduzida ao mínimo recomendado para segurança aeronáutica, de modo a não constituir motivo de atração para aves ou morcegos.
93. Implementar um programa de manutenção de balizagem, comunicando à ANA qualquer alteração verificada e assegurar uma manutenção adequada na fase de exploração do projeto para que o sistema de sinalização funcione nas devidas condições.

94. Encaminhar os diversos tipos de resíduos resultantes das operações de manutenção e reparação de equipamentos para os operadores de gestão de resíduos.
95. Os óleos usados nas operações de manutenção periódica dos equipamentos devem ser recolhidos e armazenados em recipientes adequados e de perfeita estanquicidade, sendo posteriormente transportados e enviados a destino final apropriado, recebendo o tratamento adequado a resíduos perigosos.
96. Fazer revisões periódicas com vista à manutenção dos níveis sonoros de funcionamento dos aerogeradores.
97. Caso o funcionamento dos aerogeradores que constituem o parque eólico venham a provocar interferência/perturbações na receção radioelétrica em geral e, de modo particular, na receção de emissões de radiodifusão televisiva, devem ser tomadas todas as medidas para a resolução do problema.
98. Se surgir alguma conflitualidade com o funcionamento dos equipamentos de feixes hertzianos da força aérea, devem ser efetuadas as correções necessárias.
99. As ocorrências patrimoniais identificadas na área de incidência do projeto devem se conservadas mediante a sua inclusão em planta de condicionantes do projeto, com efeito preventivo face a obras de manutenção, reparação ou a alterações do projeto agora avaliado.
100. Comunicação pelo promotor do projeto, à Direção-Geral do Património Cultural, do eventual aparecimento de vestígios arqueológicos, devendo fazê-lo de imediato, no sentido de serem acionados os mecanismos de avaliação do seu interesse cultural e respetiva salvaguarda. A aplicação de medidas específicas nesta fase ficará dependente dos resultados arqueológicos, eventualmente, obtidos na fase de construção.

FASE DE DESATIVAÇÃO

101. Tendo em conta o horizonte de tempo de vida útil do parque eólico e a dificuldade de prever as condições ambientais locais e instrumentos de gestão territorial e legais então em vigor, deve o promotor, no último ano de exploração do projeto, apresentar a solução futura de ocupação da área de implantação do projeto. Assim, no caso de reformulação ou alteração do parque eólico, sem prejuízo do quadro legal então em vigor, deve ser apresentado um estudo das respetivas alterações referindo especificamente as ações a ter lugar, impactes previsíveis e medidas de minimização, bem como o destino a dar a todos os elementos a retirar do local. Se a alternativa passar pela desativação, deve ser apresentado um plano de desativação pormenorizado contemplando nomeadamente:
 - ponderação da remoção total ou parcial (de pelo menos 1,5 m) das sapatas de betão dos aerogeradores.
 - solução final de requalificação da área de implantação do projeto, a qual deve ser compatível com o direito de propriedade, os instrumentos de gestão territorial e com o quadro legal então em vigor;
 - ações de desmantelamento e obra a ter lugar;
 - destino a dar a todos os elementos retirados;
 - definição das soluções de acessos ou outros elementos a permanecer no terreno;
 - apresentação de medidas de minimização a implementar que poderão ser as mesmas da fase de construção, dada as ações a desenvolver serem muito semelhantes às realizadas nesta fase;

- plano de recuperação final de todas as áreas afetadas.

De forma geral, todas as ações devem obedecer às diretrizes e condições identificadas no momento da aprovação do projeto, sendo complementadas com o conhecimento e imperativos legais que forem aplicáveis no momento da sua elaboração.

102. Deve ser assegurado o acompanhamento arqueológico.

PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS AFETADAS

No RECAPE deve ser apresentado o Plano de Recuperação das Áreas Afetadas (PRAA), que deve ter em consideração as seguintes orientações:

1. Deve ser apresentado como documento autónomo.
2. O Plano deve identificar os locais onde serão concretizadas as ações de recuperação. Estas ações devem incidir sobre todas as áreas que venham a ser intervencionadas durante a obra, tais como: Local(ais) de estaleiro e apoio à obra, acessos, envolvente dos aerogeradores (base da fundação e plataforma de apoio à montagem), valas da rede de cabos, taludes de escavação e aterro, acessos temporários (ex: linha elétrica), plataforma dos apoios da linha e envolvente.
3. Considerar as seguintes ações de recuperação a concretizar após finalizados os trabalhos de construção:
 - Limpeza das Frentes de Obra: Após concluídos os trabalhos de construção civil e montagem de equipamento, deve o empreiteiro proceder à limpeza de todas as frentes de obra. Esta compreenderá, entre outras, ações como desmantelamento do(s) estaleiro(s), remoção de eventuais resíduos, remoção de materiais de construção, bem como de equipamentos não necessários às ações de recuperação.
 - Acessos: Devem ser encerrados todos os acessos que não sirvam a fase de exploração. No final dos trabalhos, devem ainda ser reparados todos os acessos (existentes anteriormente à obra) danificados pela circulação de veículos afetos à obra.
 - Estaleiros e outras áreas de apoio à obra: Todas as áreas de apoio à obra em que o terreno se encontre compactado devem ser mobilizadas até cerca de 0,20 a 0,30 metros de profundidade. Devem ser, previamente, removidos os materiais externos que tenham sido utilizados para cobrir o terreno natural, tais como tout-venant e brita.
 - Plataformas de montagem dos aerogeradores: Finalizados os trabalhos de montagem de equipamento, as plataformas devem ser parcialmente destruídas, ficando apenas a área indispensável às ações de manutenção e substituição de equipamento em caso de avaria. Deve ser mantida em tout-venant uma área de cerca de 6 metros de largura em redor dos aerogeradores, de forma a assegurar a circulação de veículos das equipas de manutenção. Na restante área da plataforma deve ser aplicada uma camada de terra vegetal, de forma a assegurar a recolonização natural destas áreas pela vegetação autóctone.
 - Valas abertas para a instalação da rede de cabos: Após o aterro das valas abertas, com a terra proveniente da sua escavação, deve ser colocada terra vegetal para potenciar a recuperação do coberto vegetal.

- Modelação do Terreno: Todas as áreas sujeitas a intervenção durante a empreitada de construção devem ser modeladas antes de se iniciarem os trabalhos de preparação do terreno propriamente ditos. O terreno deve ser colocado às cotas definitivas de projeto, removendo toda a terra sobranter ou colocando a terra própria necessária, de modo a serem respeitadas as cotas e a modelação expressas no projeto, ou indicadas no decorrer dos trabalhos, no sentido de estabelecer a concordância entre os planos definidos no projeto, mediante a criação de superfícies naturais, suaves e harmónicas, conferindo continuidade com terreno natural adjacente.
 - Taludes: Os taludes existentes ao longo dos caminhos de acesso, que não sejam em rocha, devem ter um declive máximo de 1/3 (V/H). Sobre estes, bem como em toda a área envolvente que tenha sofrido desmatção ou compactação do solo, deve ser aplicada uma camada de terra vegetal.
 - Espalhamento de Terra Vegetal: A modelação deve ter em conta o sistema de drenagem superficial dos terrenos marginais e da plataforma dos acessos. A superfície do terreno deve apresentar-se, imediatamente antes da distribuição da terra vegetal, com o grau de rugosidade indispensável para permitir uma boa aderência à camada de terra vegetal de cobertura e não apresentar indícios de erosão superficial. Nos casos em que haja indícios de erosão deve proceder-se a uma ligeira mobilização superficial do terreno até cerca de 0,10 metros de profundidade, para colmatar os sulcos e ravinas em pontos já erodidos. Apenas é autorizada a aplicação de terra vegetal proveniente da própria obra. Não deve ser utilizada terra vegetal proveniente do exterior, salvo expressa autorização prévia da Autoridade de AIA. O revestimento deve ter uma espessura aproximada 0,20 metros. O espalhamento deve ser feito manual ou mecanicamente, com auxílio de maquinaria dotada de pá frontal.
 - Coberto vegetal: Uma vez que os locais de implantação de parques eólicos estão sujeitos, de um modo geral, a condições naturais adversas, como chuva e vento forte, e consequentemente as sementeiras são pouco eficazes, considera-se que deve ser dada prioridade à recolonização natural, sem recorrer portanto à realização de sementeiras. Todavia, caso se venha a verificar a não recuperação de determinada área, pode ser proposta à Autoridade de AIA uma solução alternativa que vise o restabelecimento do coberto vegetal
4. De forma a verificar a eficácia das medidas implementadas nas áreas intervencionadas, deve ser efetuado o acompanhamento da recuperação:
- Para o efeito devem ser realizadas visitas aos locais afetados pelas obras de construção durante um período de dois anos, após a concretização das ações de recuperação. Estas visitas visam verificar a evolução da vegetação nos locais afetados, e envolvente direta, bem como identificar não recuperações ou recuperações deficientes, cuja razão deve ser compreendida.
 - Estas campanhas de verificação devem ser realizadas em época adequada à comunidade florística existente.
 - Se ao fim do período de monitorização se observar a não recuperação de alguma área, e caso se venha a justificar, deve proceder-se à implementação de medidas adicionais, tais como a realização de sementeiras, devendo ser sempre respeitadas as características genéticas das populações vegetais próprias do local, não recorrendo à introdução de espécies alóctones, suscetíveis de hibridar ou de se tornarem invasoras de habitats naturais importantes. Estas ações devem ser, igualmente, alvo de uma campanha de verificação da recuperação durante um ano, após a sua concretização.

- Na sequência de cada visita deve ser elaborado um relatório, a entregar à Autoridade de AIA, onde seja descrita a evolução da vegetação nas áreas afetadas, e envolvente, identificadas as áreas não recuperadas e as respetivas razões, e propostas medidas de minimização e novas campanhas de verificação, caso necessário. Para uma melhor apreensão da evolução da vegetação, os relatórios devem apresentar um bom registo fotográfico, comparando os cenários existentes antes da obra, após a conclusão da obra e após cada ação de recuperação.

PLANO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DA OBRA

No RECAPE deve ser apresentado o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO). O Acompanhamento Ambiental da Obra (AAO) deve ter em consideração os aspetos a seguir mencionados:

1. O acompanhamento ambiental da obra deve iniciar-se na fase que antecede a obra, aquando do planeamento desta, e estender-se até à conclusão da construção.
2. Antes da Construção devem ser efetuados os últimos ajustes ao projeto, decorrentes dos requisitos ambientais requeridos na DCAPE, bem como decorrentes da visita conjunta da equipa de fiscalização ambiental, do projetista e do empreiteiro ao local de implantação do projeto, após este ter sido devidamente piquetado (identificação dos elementos do projeto no terreno, com estacas e/ou balizagens).
3. Caso haja necessidade de efetuar ajustamentos ao projeto, submetido a processo de AIA, ou às atividades de construção previstas, deve o promotor submeter essas alterações à prévia apreciação da Autoridade de AIA.
4. Os objetivos deste Plano, na fase de construção, devem basear-se nos seguintes aspetos:
 - Verificar o cumprimento da aplicação das condicionantes e medidas de minimização, bem como da legislação ambiental aplicável às ações desenvolvidas na obra;
 - Aplicar adequadamente as medidas de minimização de potenciais impactes ambientais negativos;
 - Adaptar as medidas de minimização a situações concretas da obra, a ajustes de projeto e a situações imprevistas, resultantes ou não de reclamações;
 - Analisar a implementação, cumprimento e eficácia das medidas.
5. A Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA) deve ser composta por um ou mais técnicos com formação na área de Ambiente ou afim. Para além dos técnicos afetos ao Acompanhamento Ambiental da Obra, esta equipa deve integrar a Equipa de Acompanhamento Arqueológico, bem como outro tipo de especialistas, nomeadamente em avifauna. A EEA deve, nomeadamente, assegurar e verificar a implementação do exposto no PAAO, efetuar visitas periódicas à obra (ajustada às necessidades da obra) e proceder, sempre que aplicável, ao registo de Constatações Ambientais (identificação de situações que constituam Não Conformidades com a legislação ambiental em vigor, com a DCAPE ou com o PAAO, ou situações que ainda que não constituam Não Conformidade mas carecem da tomada de medidas de minimização adicionais com vista à sua correção/melhoria) e elaborar RAAO, de acordo com a estrutura apresentada, mais à frente neste capítulo.
6. O PAAO deve apresentar, nomeadamente, um cronograma atualizado da obra, a metodologia a adotar no AAO, as medidas de minimização aplicáveis à obra, uma listagem da legislação aplicável à obra, a periodicidade dos Relatórios de Acompanhamento Ambiental da Obra (RAAO), a enviar à

Autoridade de AIA, e as plantas de condicionamentos.

7. A Planta de Condicionamentos deve ser efetuada para o Parque Eólico e Linha Elétrica, à escala 1:5 000 ou superior, no caso do parque, e 1:25 000 ou superior, no caso da Linha. Estas plantas devem apresentar todos os elementos do projeto, áreas dos estaleiros e todas as áreas que sejam afetadas à obra (mesmo que provisórias), e todos os condicionamentos (consoante os níveis de salvaguarda necessária - zonas exclusão, áreas interditas a determinada ação, áreas a evitar, etc.). Deve ser distribuída a todas as pessoas afetadas à obra.
8. Relativamente aos RAAO, deve ser elaborado um Relatório Preliminar, com base na visita ao local do projeto a realizar pela EEA, projetista e empreiteiro, após este ter sido devidamente piquetado, dando informação, nomeadamente, de qualquer alteração/adaptação do projeto ou medidas de minimização. Durante a fase de construção, devem ser apresentados Relatórios Parcelares do AAO que devem retratar, nomeadamente, a evolução da obra, a verificação da implementação do PAAO, as visitas efetuadas, eventuais dificuldades e reclamações, as ações de sensibilização, eventuais Constatções Ambientais e verificação do cumprimento das medidas de minimização, apoiado num adequado registo fotográfico. Salienta-se que, quando constam destes relatórios propostas de alterações ao projeto ou às ações de obra, os mesmos devem ser destacados na carta que acompanha o RAAO, para que a Autoridade de AIA proceda às devidas diligências. Os documentos apresentados devem estar de acordo com o previsto no ponto 2 do Anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro.
9. No que concerne à verificação do cumprimento das medidas de minimização, acresce a necessidade ser efetuada uma análise aprofundada das condições da DCAPE, nomeadamente, o seu modo de implementação, o seu cumprimento, as constatações de incumprimento identificadas e a sua eficácia, bem como as respetivas demonstrações, através de apoio documental, fotográfico ou cartográfico (através das plantas de condicionamentos mais atualizadas). Para uma melhor interpretação, o registo fotográfico pode ainda estar associado a um mapa/diagrama que identifique geograficamente as intervenções ilustradas.

Programas de Monitorização

Devem ser apresentados em RECAPE os seguintes programas de monitorização, com as orientações estabelecidas no EIA:

1. Programa de Monitorização de Avifauna
2. Programa de Monitorização de Quirópteros
3. Programa de Monitorização de Flora e Vegetação